



Educação Matemática e Educação Especial na perspectiva Inclusiva:

olhares, perspectivas e diálogos entre teoria e prática

DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS

O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827

Thainá Araujo Bonfim
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
thaina.araujo@ufms.br
<https://orcid.org/0009-0003-3775-0876>

Késia Ramires
Universidade Federal da Grande Dourados
kesianeves@ufgd.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-1528-5136>

RESUMO

Este resumo traz um recorte da pesquisa¹ que tem como tema “O ensino de matemática para meninas: uma análise histórica de orientações para ensinar matemática que circularam no início do século XX em escolas femininas”. Na pesquisa completa, busca-se investigar, historicamente, qual ensino de matemática era recomendado às meninas no início do século XX, procurando, segundo Burke (2016) e Valente (2018), identificar os conhecimentos gerados pelas experiências docentes de professores de matemática registrados em livros didáticos usados em escolas para meninas na cidade de Campo Grande/MS. Após uma análise comparativa dos livros, com a finalidade de reconhecer os pontos comuns de orientações aos professores, buscar-se-á uma sistematização dessas orientações para o ensino de meninas. Por conseguinte, intenta-se responder à pergunta: Quais eram as orientações para o ensino de matemática para meninas presente em escolas femininas no início do século XX em Campo Grande/MS? A investigação segue a fundamentação teórico-metodológica da história cultural e tem como referencial as reflexões de Certeau (1982) sobre o ofício do historiador; os estudos de Chartier (1988) para compreender o trabalho do historiador cultural; o método crítico de Bloch (2002) para a análise dos documentos; os estudos de Burke (2016) para investigar os processos de sistematização de informação, e Hofstetter e Valente (2017) para compreender os saberes profissionais do professor. Especificamente, neste recorte, procura-se apontar indícios sobre como era proposto o ensino para meninas antes do período investigado na pesquisa de mestrado, visando entender o contexto que fundamentou decisões e orientações para ensinar matemática a elas. A documentação analisada foi a Lei de 15/10/1827, a qual determinou a criação de “[...] escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 1827). Nesta lei, observa-se a segregação de escolas por gênero, sendo facultado serem abertas aquelas para meninas. Leia-se, na Lei: “Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (BRASIL, 1827). Outro ponto emblemático é o da instrução em relação à matemática, em que, para meninas, seria restrito o ensino das quatro operações básicas: soma, subtração,

¹ Pesquisa com bolsa CAPES. Também financiada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – Fundect.

